

11 FEV 1987

# UDR se prepara para influir na Constituinte

## AGÊNCIA ESTADO

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, disse em Brasília que os proprietários rurais vão lutar para que na nova Constituição o direito de propriedade não fique vinculado à função social da terra, como pretende o Ministério da Reforma e Desenvolvimento

Caiado disse que está instalado em Brasília um escritório da UDR para acompanhar os trabalhos da Constituinte. Afirmou que mais de 50 parlamentares vão defender no Congresso constituinte os interesses da classe produtora rural: "O governo, através do Mirad, está-se mobilizando para defender posições que atingem a classe produtora. Não podemos mais aceitar que as desapropriações sejam pagas com títulos da dívida agrária e muito menos que a avaliação dos imóveis seja feita a partir de consultas ao cadastro do Incra, que não é renovado desde 1978".

## AMEAÇA DE INVASÃO

Sessenta e quatro famílias de colonos sem terras, acampadas na Fazenda Annoni (localizada no município gaúcho de Sarandi), poderão invadir amanhã uma outra área de terras desapropriadas pela União para a implantação da reforma agrária no Rio Grande do Sul: a Fazenda São Pedro, no município de Guaíba, com cerca de mil hectares. "Comunica-

Agrário, e também, para que os proprietários rurais recebam indenização justa e prévia — e em dinheiro — nas desapropriações. Ele acentuou que, por não existir hoje no País uma política agrícola adequada, os produtores rurais estão temerosos de fazer qualquer investimento em suas terras.

ção" nesse sentido foi feita por um grupo de invasores da Annoni à própria diretoria regional do Incra em Porto Alegre. Até ontem, entretanto, a Brigada Militar (Polícia Militar do Estado) não havia recebido qualquer solicitação do Incra para impedir a invasão.

A decisão dos invasores da Annoni de invadir a São Pedro é uma forma de pressionar o Incra a apressar o assentamento de famílias sem terras no local. De acordo com assessores do Incra, o órgão já se imitiu na posse do imóvel rural e, no momento, só depende do recebimento de recursos por parte da presidência do instituto para começar o assentamento das famílias no local, pois o projeto com todas as informações necessárias à sua execução já foi encaminhado à apreciação dos dirigentes nacionais do Mirad e Incra.

## "GUERRA DECLARADA"

Em nota de "repúdio e esclarecimento" distribuída ontem em Marabá, seis sindicatos de trabalhadores rurais de municípios do Sul do Pará

denunciam um clima de terror provocado pela Polícia Militar na região. A corporação é acusada de torturar e espancar vários posseiros, obrigando-os até a ingerir excrementos de animais. De acordo com a nota, "a guerra está declarada no Sul do Pará", tendo de um lado "o aparelho repressivo policial militar do Estado e de outro humildes posseiros, trabalhadores rurais sem terra, vítimas do banditismo da PM e do latifúndio".

Os sindicatos dos trabalhadores rurais de Marabá, Xinguara, São João do Araguaia, Jacundá, Conceição do Araguaia e Itupiranga, além de outras entidades, fazem pesadas críticas ao coronel Antônio Carlos Gomes comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar e delegado regional do Sul do Pará, que estaria prendendo posseiros sem mandado judicial, sob alegação de que seriam assaltantes e invasores de castanheais.

O presidente do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), Ronaldo Barata, também superintendente regional do Incra, considerou como "atos escabrosos" as denúncias sobre violências praticadas pela Polícia Militar do Pará. Barata chegou ontem a Marabá e tomou conhecimento dos depoimentos prestados por vários posseiros no escritório do Getat, e disse que vai levar todos os documentos ao governador do Estado e pedir providências, pois acha que os fatos devem ser averiguados com mais profundidade. Uma mulher afirmou até que foi violentada sexualmente por um policial. As violências estão comprovadas através de exames de corpo delito feitos nas vítimas.